

FRAUDE EM CONVÊNIOS

Vidigal cai após denúncias em ministério

Ex-prefeito atuava como secretário em Brasília e virou alvo de investigação da PF

▄ **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

O ex-prefeito da Serra e atual secretário de políticas públicas do Ministério do Trabalho, Sérgio Vidigal (PDT), pediu ontem exoneração do cargo.

De acordo com a assessoria do pedetista, Vidigal entregou uma carta com o pedido de demissão ao ministro e colega de partido Manoel Dias. O ex-prefeito está entre os investigados na Operação Pronto Emprego, da Polícia Federal (PF), que apura fraudes no repasse de 47,5 milhões do ministério à ONG Ceat (Centro de Atendimento ao Trabalhador). A operação foi deflagrada no último dia 3.

Vidigal chegou a ter ligações telefônicas grampeadas e a ser seguido pela PF. Ele foi flagrado em ao

menos uma conversa com o diretor da ONG, o padre Lício de Araújo Vale, e em um almoço com a presidente da entidade, Jorgette Maria Oliveira, em julho deste ano. Jorgette foi uma das presas na operação.

Vidigal já afirmou que a conversa e o encontro foram apenas formais e negou ter influenciado ou dado aval para que aditivos fossem firmados. “Recebi a instituição como o meu cargo requer, mas não propus nenhum ato ilícito”, disse na última quarta-feira à reportagem. Ontem ele não foi localizado.

O secretário está no cargo há três meses e diz não ter assinado nenhum convênio. Um dos principais assessores do secretário, Gleide Santos Costa, também foi preso na Operação Pronto Emprego.

ESOPO

Vidigal não é o primeiro a deixar a pasta após denúncias. O então secretário-executivo Paulo Roberto Pinto

também pediu para sair após as apurações da Operação Esopo, outra ação da Polícia Federal, realizada na última segunda-feira, desta vez para investigar convênios com o Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (IMDC).

Outros dois funcionários, Anderson Brito Pereira, que trabalhava no gabinete do ministro Manoel Dias, e Geraldo Riesenbeck, vinculado à secretaria de Vidigal, também foram exonerados após a Esopo.

O IMDC ainda tem um contrato com a prefeitura da Serra, firmado durante a gestão do ex-prefeito.

De acordo com o jornal O Globo, Vidigal coordenaria um pente-fino no Ministério do Trabalho para avaliar os convênios da pasta comentadas. O ex-prefeito já disse que nem sequer indicou o coordenador, um servidor de carreira escolhido por um departamento ligado à secretaria que Vidigal chefia.

GABRIEL LORDÊLLO - 16/12/2010



Vidigal entregou ontem carta com o pedido de demissão ao ministro Manoel Dias

ENTENDA

▼ Operações

A Polícia Federal realizou duas operações no Ministério do Trabalho: a Pronto Emprego e a Esopo, que apuram fraudes em convênios.

▼ Vidigal

Vidigal, secretário de Políticas Públicas da pasta, é citado na Operação Pronto Emprego e teria dado aval para aditivos ilegais, o que o pedetista nega.

▼ Renúncia

Ontem ele pediu demissão, após três meses no cargo.

▼ Médico

O ex-prefeito foi cedido para o ministério, mas é médico efetivo da Prefeitura da Serra.

Ex-assessor de Sueli é preso pela Federal

▄ O ex-assessor de comunicação da deputada federal Sueli Vidigal (PDT), Rivone Roriz, está entre os presos na Operação Esopo, da Polícia Federal. Ele foi detido no Estado na última segunda-feira e, desde então, encontra-se em uma das celas do Centro de Detenção Provisória de Viana II.

De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), por ter curso superior, ele “está em uma ala reservada para presos com esse perfil”. Sueli, esposa do ex-prefeito da Ser-

ra, Sérgio Vidigal (PDT), informou que Rivone pediu demissão na semana passada, sem justificativa. “Ele trabalhou para mim por muito tempo, mas a relação é profissional e não pessoal. Não sei o que ele faz ou deixa de fazer”, afirmou a deputada.

O advogado do jornalista, Jovacy Peter Filho, apenas confirmou que a prisão se deu em meio à Operação Esopo, mas destacou não ter tido acesso aos autos do processo, que tramita em Minas Gerais.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Dilma vai tirar PSB de ministério e colocar PMDB

Ordem do Planalto é exonerar pessoas ligadas ao governador Eduardo Campos

BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff pretende tirar, até o fim do mês, o Ministério da Integração Nacional do controle do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e entregá-lo ao PMDB. O titular da pasta, Fernando Bezerra, é uma indicação de Campos, provável candidato à Presidência em 2014.

O mesmo deve acontecer com o comando de outros cargos federais importantes de segundo e terceiro escalões, como a Superinten-



Campos e Dilma: disputa em 2014 gera mudanças

dência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), hoje chefiadas por integrantes do PSB aliados do governador pernambucano.

A intenção de Dilma é ti-

rar do governo federal os filiados do PSB que estão alinhados com o projeto presidencial de Campos, que também é o presidente nacional do partido. Impediria ainda que ele e seus aliados continuassem a usar os cargos no governo federal co-

mo vitrine eleitoral para suas candidaturas em 2014.

ANÚNCIO

Com isso, Campos seria obrigado a antecipar o anúncio de que será candidato no ano que vem, sem continuar “faturando” com os acertos da gestão atual.

Dilma vai excluir do governo qualquer pessoa ligada a Campos. Só sobreviverá na máquina federal quem se alinhar à petista.

Dilma pretende usar as vagas livres para cimentar a aliança com o PMDB, hoje o principal aliado do governo; e fortalecer as relações com o grupo político ligado ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

DECISÃO DO TSE

Campanha pelo Twitter é liberada

Tribunal era contrário à liberação da propaganda na rede social antes de julho do ano eleitoral

BRASÍLIA

▄ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) liberou na quinta-feira a campanha eleitoral pelo Twitter. Por 5 votos a 2, os ministros derrubaram uma decisão da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte que tinha multado o deputado federal Rogério Marinho (PSDB) por propaganda eleitoral antecipada na rede social.

“Não há que falar em propaganda eleitoral realizada por meio de Twitter, uma vez que essa rede social não leva ao conhecimento geral e

indeterminado as manifestações nela divulgadas”, afirmou o relator Dias Toffoli.

De acordo com o ministro, as mensagens postadas são conversas restritas entre usuários previamente aceitos entre si. Até quinta-feira, o entendimento do TSE era contrário à liberação da propaganda no Twitter antes de julho do ano eleitoral.

O recurso julgado pelo TSE foi proposto por Rogério Marinho. Ele foi acusado pelo Ministério Público Eleitoral de postar em junho de 2012 no Twitter mensagens de lideranças políticas do Estado favoráveis à sua pré-candidatura à prefeitura de Natal. (AE)